

Relatório da administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Balanços patrimoniais

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

Ativo	2016		2015		Passivo	2016		2015	
Circulante	8.923.396	5.297.164	Circulante	8.446.344	5.059.654				
Disponibilidades	7.200	37.897	Depósitos	524.190	967.113				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.558.318	1.230.000	Depósitos à vista	491	1.100				
Aplicações no mercado aberto	1.499.998	1.230.000	Depósitos interfinanceiros	320.527	304.169				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	58.320	-	Depósitos a prazo	203.172	661.844				
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	1.455.229	865.696	Captações no mercado aberto	67.735	47.156				
Carteira própria	646.149	373.744	Carteira própria	735	156				
Vinculados à recompra	744	158	Carteira de terceiros	67.000	47.000				
Vinculados à prestação de garantias	153.450	252.755	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	4.466				
Instrumentos financeiros derivativos	654.886	239.039	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares	-	4.466				
Relações interfinanceiras	14.124	3.070	Relações interdependências	10.713	7.325				
Créditos vinculados:			Recursos em trânsito de terceiros	10.713	7.325				
Depósitos no banco central do Brasil	14.084	2.962	Obrigações por empréstimos	4.773.338	2.460.535				
Correspondentes	40	108	Empréstimos no exterior	4.773.338	2.460.535				
Operações de crédito	506.328	116.718	Instrumentos financeiros derivativos	599.499	39.103				
Operações de crédito - setor privado	529.341	116.718	Instrumentos financeiros derivativos	599.499	39.103				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(23.013)	-	Outras obrigações	2.470.869	1.533.956				
Outros créditos	5.381.757	3.043.493	Carteira de câmbio	2.426.300	1.522.422				
Carteira de câmbio	5.360.224	3.016.545	Fiscais e previdenciárias	18.480	3.547				
Rendas a receber	230	358	Negociação e intermediação de valores	14.979	55				
Negociação e intermediação de valores	-	3.649	Diversas	11.110	7.932				
Diversos	23.636	23.417	Exigível a longo prazo	309.642	1.280.707				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(2.333)	(476)	Depósitos	192.812	124.705				
Outros valores e bens	440	290	Depósitos a prazo	192.812	124.705				
Despesas antecipadas	440	290	Obrigações por empréstimos	-	1.058.945				
Realizável a longo prazo	398.320	1.632.329	Empréstimos no exterior	-	1.058.945				
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	85.089	12.932	Instrumentos financeiros derivativos	38.191	31.426				
Carteira própria	7.167	-	Instrumentos financeiros derivativos	38.191	31.426				
Vinculados à prestação de garantias	69.535	-	Outras obrigações	78.639	65.631				
Instrumentos financeiros derivativos	8.387	12.932	Fiscais e previdenciárias	67.650	60.084				
Operações de crédito	169.484	592.555	Diversas	10.989	5.547				
Operações de crédito - setor privado	169.484	592.555	Resultados de exercícios futuros	4.691	1.238				
Outros créditos	143.747	1.026.842	Resultados de exercícios futuros	4.691	1.238				
Carteira de câmbio	-	903.254	Patrimônio líquido	563.354	590.336				
Diversos	143.747	123.588	Capital:						
Permanente	2.315	2.442	De domiciliados no exterior	350.492	350.492				
Investimentos	249	249	Reserva de capital	2.460	1.938				
Outros investimentos	249	249	Reserva de lucros	214.114	211.890				
Imobilizado de uso	1.998	2.097	Lucros acumulados/(prejuízos acumulados)	(3.712)	26.016				
Outras imobilizações de uso	12.068	11.650							
(-) Depreciações acumuladas	(10.070)	(9.553)							
Intangível	68	96							
Ativos intangíveis	378	344							
(-) Amortização acumulada	(310)	(248)							
Total do ativo	9.324.031	6.931.935	Total do passivo	9.324.031	6.931.935				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

Eventos	Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital realizado			Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	350.492	1.699	32.217	181.318	-	565.726	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	27.385	27.385	
Constituição de reserva legal	-	-	1.369	-	(1.369)	-	
Reserva estatutária	-	-	-	(3.014)	-	(3.014)	
Outras reservas	-	239	-	-	-	239	
Saldos em 30 de junho de 2015	350.492	1.938	33.586	181.318	26.016	590.336	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	350.492	2.276	35.810	211.214	-	599.792	
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(3.712)	(3.712)	
Dividendos	-	-	-	(32.910)	-	(32.910)	
Outras reservas	-	184	-	-	-	184	
Saldos em 30 de junho de 2016	350.492	2.460	35.810	178.304	(3.712)	563.354	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2016 e 2015

1 Contexto operacional

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar

em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados

Demonstrações de resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

	Semestre		Semestre	
	2016	2015	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	204.434	949.738		
Operações de crédito	13.680	62.389		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	190.754	132.984		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	199.735		
Resultado de operações de câmbio	-	554.630		
Despesas de intermediação financeira	(195.921)	(887.768)		
Operações de captação no mercado	(67.802)	(60.398)		
Operações de empréstimos e repasses	1.324.503	(828.506)		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(479.976)	-		
Resultado de operações de câmbio	(941.839)	-		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30.807)	1.136		
Resultado bruto da intermediação financeira	8.513	61.970		
Outras receitas (despesas) operacionais	(13.390)	(15.579)		
Receitas de prestação de serviços	9.903	8.895		
Despesas de pessoal	(20.203)	(18.664)		
Outras despesas administrativas	(14.243)	(11.736)		
Despesas tributárias	(4.232)	(4.189)		
Outras receitas operacionais	18.188	12.423		
Outras despesas operacionais	(2.803)	(2.308)		
Resultado operacional	(4.877)	46.391		
Resultado não operacional	33	-		
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(4.844)	46.391		
Imposto de renda e contribuição social	1.982	(18.335)		
Imposto de renda	(2.327)	(2.468)		
Contribuição social	(1.386)	(1.062)		
Ativo fiscal diferido	5.695	(14.805)		
Participação dos empregados nos lucros	(850)	(671)		
Prejuízo líquido do semestre	(3.712)	27.385		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

	Semestre		Semestre	
	2016	2015	2016	2015
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado do período	(35.736)	26.567		
Lucro líquido	(3.712)	27.385		
Depreciações e amortizações	380	318		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.404)	(1.136)		
Variação de ativos e obrigações	904.578	602.789		
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	15.047	107.155		
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	61.745	63.929		
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(6.570)	265		
(Aumento) Redução em operações de crédito	73.904	(158.528)		
(Aumento) Redução em outros créditos	1.010.037	(411.764)		
Redução em outros valores e bens	75	83		
Aumento em depósitos	28.530	91.190		
Aumento em captações no mercado aberto	67.735	46.917		
(Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	-	(42.242)		
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos	(667.124)	489.231		
Aumento (Redução) em relações de interdependências	(95.417)	1.857		
Aumento em instrumentos financeiros derivativos	458.398	26.055		
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(2.311)	186		
Aumento (Redução) em outras obrigações	(39.471)	388.455		
Caixa líquido originado em atividades operacionais	868.842	629.356		
Atividades de investimento				
(Alienação) de imobilizado de uso	(42)	(222)		
Aquisição (alienação) do intangível	27	(15)		
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimento	(15)	(237)		
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	868.827	629.119		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.108.573	732.532		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.977.400	1.361.651		
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	868.827	629.119		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- Hedge** de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.
- Hedge** de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2016 e 2015, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais são demonstrados pelo seu valor de custo.

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais são: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% sobre o lucro líquido ajustado pelos itens definidos em legislação específica. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Entidade mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

Risco de mercado - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do "Value at Risk", aplicação de "Stress Testing" com base em cenários históricos e hipotéticos, limites estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pela Filial.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira da contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do mercado de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, bem como limites de crédito estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros.

Risco de liquidez - as exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de stress, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter os limites mínimos de liquidez estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção

desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a Estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado financeiro, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo (PRM), consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital. O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível (PR) suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido (PRM), o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Alta Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no site da instituição na internet, no endereço <http://www.ingcb.com/network-offices/americas/brasil>.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	7.200	37.897
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.499.998	1.230.000
Títulos e valores mobiliários	470.202	93.754
Total	1.977.400	1.361.651

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$ 1.499.998 (R\$ 1.230.000 em 2015) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

	2016			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado atualizado
Títulos e valores mobiliários				
Carteira Própria				
Para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	469.458	176.691	7.167	653.316
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Total	469.458	176.691	7.167	653.316
Vinculados à Recompra				
Para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	744	-	744	743
Total	744	-	744	743
Vinculados à prestação de garantias				
Para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	52.723	91.659	69.535	213.917
Notas do Tesouro Nacional	-	9.068	-	9.068
Total	52.723	100.727	69.535	222.985

	2015			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado atualizado
Títulos e valores mobiliários				
Carteira Própria				
Para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	93.754	-	147.045	240.799
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	11.682	11.985
Total carteira própria para negociação	93.754	-	158.727	252.481
Mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	121.263	-	121.263
Total carteira própria mantida até o vencimento	-	121.263	-	121.263
Vinculados a recompra				
Para negociação				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	158	158
Total vinculados a recompra	-	-	158	158
Vinculados à prestação de garantias				
Para negociação				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	21.851	228.607	250.458
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	2.297	2.297
Total vinculados à prestação de garantias para negociação	-	21.851	230.904	252.755

O valor de mercado representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado, se necessário.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de "hedge" de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, o controle dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

- Hedge** - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção; e
 - Negociação** - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de "hedge" de clientes.
- Os contratos futuros negociados no âmbito da Bolsa de Valores Mercadorias e de Futuros (BM&FBOVESPA), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, BM&FBOVESPA ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

	2016			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado atualizado
Instrumentos financeiros derivativos				
Ativo - Negociação				
Swaps				
- Moeda estrangeira	11.636	133.423	8.220	153.279
Mercado a termo				
- Moeda estrangeira	396.834	112.993	167	509.994
Totais por faixa de vencimento em 2016	408.470	246.416	8.387	663.273
Totais por faixa de vencimento em 2015	124.418	114.621	12.932	251.971
Passivo - Negociação				
Swaps				
- Moeda estrangeira	(26.263)	(12.257)	(642)	(39.162)
Mercado a termo				
- Moeda estrangeira	(154.576)	(405.578)	(37.549)	(597.703)
Outros	(825)	-	-	(825)
Totais por faixa de vencimento em 2016	(181.664)	(417.835)	(38.191)	(637.690)
Totais por faixa de vencimento em 2015	(13.635)	(25.468)	(31.426)	(70.529)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A. - Mercados Organizados, e cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

	Futuros	Termo	Swap	Total
Negociação				
Moeda estrangeira	1.079.649	8.156.773	876.282	10.112.704
Taxa de juros	10.337.645	-	963.340	11.300.985
Hedge - risco de mercado				
Taxa de juros	164.854	-	-	164.854
Total 2016	11.582.148	8.156.773	1.839.622	21.578.543
Total 2015	6.769.310	5.853.944	1.206.707	13.829.961

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à BM&FBOVESPA, foram requeridas margens no valor de R\$ 222.985 (R\$ 252.755 em 2015), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no semestre estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Contratos		
Futuros	(466.254)	(37.574)
Swaps	201.413	(48.159)
Termo	(215.120)	285.468
Outros	(15)	-
Total	(479.976)	199.735

8 Operações de crédito

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

	2016		2015	
	Setor privado	2016	Setor privado	2015
Indústria (*)		417.111		319.691
Comércio		-		206.856
Outros serviços		281.714		182.688
Pessoas físicas		-		38
Total		698.825		709.273

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como hedge accounting no valor de R\$ 924 (R\$ 2.241 em 2015).

Adiantamento sobre contratos de câmbio

	2016		2015	
	Setor privado	2016	Setor privado	2015
Indústria		2.293.529		1.289.285
Comércio		907.048		834.006
Outros serviços		145.515		95.300
Total (Nota 9)		3.346.092		2.218.591

b) Nível de risco

	Valor da provisão			Valor da carteira		
	%	2016	2015	2016	2015	
AA	-	-	-	3.704.072	2.832.634	
A	0,5%	192	476	38.407	95.230	
C	3%	2.141	-	71.384	-	
D	10%	23.013	-	230.129	-	
Total		25.346	476	4.043.992	2.927.864	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

c) Vencimento

Vencimento	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
A vencer até 90 dias	1.442.630	-	803.973	-
A vencer de 91 a 360 dias	2.424.323	-	1.812.832	-
A vencer acima de 360 dias	177.039	-	311.059	-
Total	4.043.992	-	2.927.864	-

d) Movimentação da provisão

Provisão	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Saldo inicial	273	-	2.054	-
Constituição	26.670	-	17	-
Reversão	(1.597)	-	(1.595)	-
Saldo final	25.346	-	476	-

Em 30 de junho de 2016 há operações em renegociação no montante de R\$ 230.129.

9 Carteira de câmbio

	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	3.984.792	-	2.221.502	900.256
Direitos sobre venda de câmbio	1.345.992	-	778.105	-
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	29.440	-	16.938	2.998
Total	5.360.224	-	3.016.545	903.254
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	1.080.308	-	739.677	-
Obrigações por compra de câmbio	4.662.644	-	2.091.392	890.009
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(3.316.652)	(1.308.646)	(890.009)	-
Total	2.426.300	1.522.422	-	-

10 Outros créditos - diversos

Créditos diversos	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 19)	9.892	12.428	4.430	7.298
Impostos a compensar	6.894	7.139	10.294	5.935
Depósitos judiciais (Nota 16d)	-	108.133	-	99.077
Adiantamentos a funcionários e terceiros	357	156	317	26
Títulos e créditos a receber	-	11.627	-	11.252
Devedores diversos país	6.493	4.264	8.376	-
Total	23.636	143.747	23.417	123.588

11 Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Sem vencimento	De				Total
		Até 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos		
Depósito à vista	491	-	-	-	491	
Depósito interfinanceiros	-	60.952	259.575	-	320.527	
Depósito a prazo	-	1.095	202.077	192.812	395.984	
Captações no mercado aberto	-	67.735	-	-	67.735	
Total por faixas de vencimento em 2016	491	129.782	461.652	192.812	784.737	
Total por faixas de vencimento em 2015	1.100	110.469	902.700	124.705	1.138.974	

12 Recursos de aceites e emissão de títulos

Em 30 de junho de 2016 não há operações de recursos de aceites e emissão de títulos. Em 2015 eram compostos por Letras de Crédito do Agronegócio no valor de R\$ 4.466 com vencimentos em até três meses e remuneradas a taxas vinculadas ao CDI.

13 Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 966.121 (US\$ 814.917 em 2015) que representa

R\$ 3.100.477 (R\$ 2.542.381 em 2015), a taxa de juros de até 6,01% a.a., e vencimentos até junho de 2017 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 520.147 (US\$ 315.000 em 2015) que representa R\$ 1.669.255 (R\$ 977.099 em 2015) com vencimentos até novembro de 2016.

14 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	4.188	-	1.058	-
Imposto de renda e contribuição social	3.713	-	2.489	-
Provisão para riscos fiscais (Nota 16c)	-	65.714	-	60.084
Impostos e contribuições diferidos	10.579	1.936	-	-
Total	18.480	67.650	3.547	60.084

15 Outras obrigações - diversas

Obrigações diversas	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para despesas de pessoal	3.294	1.936	2.696	2.568
Provisão para contingências (Nota 16b)	-	4.245	-	2.439
Provisão para perdas com avais e fianças	6.371	-	442	-
Diversos	1.445	4.808	4.794	540
Total	11.110	10.989	7.932	5.547

16 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes: em 30 de junho de 2016 e 2015, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2016 e 2015, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2015		30/06/2016	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Trabalhistas	3.616	-	629	-
Total	3.616	-	629	-

	31/12/2014		30/06/2015	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Trabalhistas	579	-	1.860	-

b.1) Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de *hedge*, no valor atualizado de R\$ 19.657 (R\$ 19.237 em 2015). Foi julgado improcedente no CARF. Estamos aguardando a citação para recorreremos à esfera judicial.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 19.622 (R\$ 18.636 em 2015). A Filial obteve decisão favorável no CARF e aguarda eventual recurso da PGFN na esfera administrativa.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de Imposto de Renda e Contribuição Social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 9.756 (R\$ 7.784 em 2015). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 5.554 (R\$ 5.158 em 2015). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 5.464 (R\$ 5.161 em 2015). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de *swap* (fins de *hedge*), no valor de R\$ 2.412 (R\$ 2.274 em 2015). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 9.072 (R\$ 7.907 em 2015).

c) Obrigações legais: representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária relacionados à contribuição social, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisão para Riscos Fiscais" (Nota 14). As principais obrigações referem-se à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante R\$ 23.848 (R\$ 22.535 em 2015), processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 15.339 (R\$ 14.202 em 2015) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 20.217 (R\$ 18.323 em 2015). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante de R\$ 31.115 (R\$ 29.229 em 2015), diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 21.728 (R\$ 19.697 em 2015), depósitos vinculados a Anistia R\$ 19.560 (R\$ 18.424 em 2015), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 20.757 (R\$ 18.695 em 2015), e depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 5.013 (R\$ 4.569 em 2015). O saldo remanescente de R\$ 9.960 (R\$ 8.463 em 2015) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

17 Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2016		2015	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Ativos vinculados	2.900.052	-	23.681	2.112.358
Empréstimos do exterior	-	2.897.912	(21.570)	-
				2.106.290
				(12.764)

18 Patrimônio líquido

O capital social da Filial corresponde a R\$ 350.492, referente investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas em atos societários pertinentes.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de janeiro de 2016, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais relativos ao lucro remanescente do exercício de 2015, cuja remessa foi efetuada em 27 de janeiro de 2016 no valor de R\$ 32.910.

19 Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 22.320 (R\$ 11.728 em 2015).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2016 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	31/12/2015		30/06/2016	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Outras provisões temporárias	23.828	-	78.512	(81.424)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	1.998	-	6.036	(6.630)
Total	25.826	-	84.548	(88.054)

Créditos tributários diferidos	31/12/2014		30/06/2015	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Contribuição social - artigo 18 da MP 2.158-35	376	-	(376)	-
Outras provisões temporárias	22.700	-	(14.350)	8.350
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	3.833	-	(455)	3.378
Total	26.909	-	(15.181)	11.728

O saldo de outras provisões temporárias é basicamente composto por provisões sobre operações de crédito de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 14.274 (R\$ 138 em 2015) e provisões para PIS e COFINS Contingencial no valor de R\$ 6.311 (R\$ 2.104 em 2015).

O saldo de provisões temporárias passivas é de R\$ 12.515 (não havia em 2015). O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2016, está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	2016		2015	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Ano calendário 2016	6.938	-	-	-
Ano calendário 2017	11.975	-	-	-
Ano calendário 2018	3.407	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.320	-	-	-

Em 30 de junho de 2016, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 18.897 (R\$ 8.595 em 2015), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos períodos.

Apuração de imposto de renda e contribuição social	2016		2015	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-
Resultado antes dos impostos e participações	(4.844)	(4.844)	46.391	46.391
(-) Participações nos resultados	(850)	(850)	(671)	(671)
Resultado antes dos impostos ajustado	(5.694)	(5.694)	45.720	45.720
Adições ou exclusões temporárias	15.476	15.476	(38.522)	(38.522)
Ajuste contábil referente futuros	46.038	46.038	(9.395)	(9.395)
Ajustes MTM de swap e títulos públicos	(56.466)	(56.466)	(22.725)	(22.725)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.622	30.622	(1.135)	(1.135)
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	(1.173)	(1.173)	292	292
Provisão para gratificações	-	-	(5.947)	(5.947)
Outras adições e exclusões diversas	(3.545)	(3.545)	388	388
Adições ou exclusões permanentes	121	121	(32)	(32)
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	(2.971)	-	(2.150)
Base tributável	9.903	6.932	7.166	5.016

IR (alíquota de 15%) e CS (alíquota 20%, 15% em 2015)	(1.486)	(1.386)	(1.075)	(752)
Adicional de IR (alíquota de 10%)	(978)	-	(705)	-
Redução de imposto por incentivos	137	-	43	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(2.327)	(1.386)	(1.737)	(752)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(731)	(310)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.327)	(1.386)	(2.468)	(1.062)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-
Resultado da marcação a mercado	(56.466)	(56.466)	(22.726)	(22.726)
Provisões não dedutíveis temporariamente	24.304	24.304	(6.699)	(6.699)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	(2.971)	-	(2.150)
Outras diferenças temporárias	48.257	48.257	(9.395)	(9.395)
Base tributável diferida	16.095	13.124	(38.820)	(40.970)
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.494	2.201	(9.705)	(6.278)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	736	442
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.494	2.201	(8.969)	(5.836)

20 Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo/(passivo)	Grau de relação		2016		2015	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Depósitos à vista	-	-	Outras partes relacionadas	(491)	-	(1.100)
Depósitos interfinanceiros	-	-	Outras partes relacionadas	(259.575)	-	(253.513)
Depósitos a prazo	-	-	Outras partes relacionadas	-	-	(9.087)
Obrigações por operações compromissadas	-	-	Outras partes relacionadas	(735)	-	(156)
Empréstimos no exterior	-	-	Controladora	(4.091.028)	-	(2.481.310)
Juros sobre o capital próprio	-	-	Controladora	-	-	(77)
Outras obrigações - câmbio	-	-	Controladora	(2.269.333)	-	(977.099)
Receitas/(despesas) Resultado de câmbio	-	-	Controladora	(4.370)	-	1.577
Outras receitas oper						

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2016 foi de R\$ 1.288 (R\$ 1.795 em 2015) de remuneração fixa, e de R\$ 1.052 (R\$ 1.868 em 2015) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), participa de um programa global de remuneração de longo prazo "Long-Term Sustainable Performance Plan", patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações seguem as regras de período de aquisição de direito (*vesting period*), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço

do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurado com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 184 (R\$ 239 em 2015), tendo como contrapartida a conta de "Reserva de capital".

21 Informações adicionais

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 647.245 (R\$ 592.384 em 2015).

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2016, o valor do índice de Basileia era de 21,9% (26,3% em 2015).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 totalizaram R\$ 372 (R\$ 309 em 2015).

d) Outras despesas administrativas correspondem substancialmente a despesas de processamento de dados R\$ 3.380 (R\$ 2.590 em 2015), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 1.476 (R\$ 1.165 em 2015), alugueis R\$ 1.959 (R\$ 1.734 em 2014), serviços técnicos especializados R\$ 2.265 (R\$ 1.470 em 2015), serviços de terceiros R\$ 897 (R\$ 1.206 em 2015), despesas com comunicação R\$ 491 (R\$ 544 em 2015) e despesa com manutenção e conservação R\$ 699 (R\$ 683 em 2015).

e) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$ 10.443 (R\$ 6.868 em 2015), e atualização de depósitos judiciais R\$ 4.135 (R\$ 3.565 em 2015).

f) Outras despesas operacionais correspondem basicamente à atualizações de riscos fiscais R\$ 2.381 (R\$ 2.032 em 2015).

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do ING Bank nº V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do semestre anterior

As demonstrações financeiras, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015 apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado em 20 de agosto de 2015, sem modificação.

São Paulo, 22 de agosto de 2016



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
 Contadora CRC 1SP198502/O-8